



ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO

8° ENEPE UFGD • 5° EPEX UEMS

CRIATIVIDADE, DEPENDÊNCIA E SUBDESENVOLVIMENTO EM CELSO FURTADO

Gustavo de Oliveira Bello¹; Fabricio J. Missio²

Rua Itibiré Vieira S/N – Bairro Residencial Julia Oliveira Cardinal, Ponta Porã/MS – Cep: 79907-414.

¹PIBIC/UEMS/CNPq. ²Professor da UEMS, E-mail: Fabriciomissio@gmail.com.

RESUMO

Esse trabalho propõe resgatar brevemente alguns aspectos da tradição estruturalista latino americana a partir das interpretações de Celso Furtado. Mais especificamente, identificar os fundamentos da referida tradição em duas das suas principais obras, quais sejam *Criatividade e dependência na civilização industrial* e *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Inicialmente, realizou-se a leitura das obras indicadas e, em seguida, elaborou-se um referencial teórico capaz de evidenciar os principais aspectos e a conexão entre os temas que foram estudados nesta pesquisa. A execução do projeto permitiu identificar nessa abordagem, como já apontado pela literatura, uma contribuição genuína a partir de uma interpretação que se opõe ao livre funcionamento das forças de mercado. As contribuições resultam da fundamentação das análises na consideração de características particulares - que determinam e são determinadas pelas transformações históricas, econômicas e sociais (nacionais e internacionais) – e do desenvolvimento e da aplicação do método histórico-estrutural, que, ao incorporar análises historicamente contingentes, determina uma concepção de mundo que considera mais do que fatores meramente econômicos. Ao resgatar essas questões, as principais conclusões caminham no sentido de ressaltar o entendimento de que na obra de Celso Furtado existem importantes elementos que são capazes não só de elucidar o processo de crescimento e desenvolvimento das economias periféricas (incluindo o Brasil), como também contém elementos capazes de “apontar” os caminhos a serem seguidos para superar a condição de dependência e de atraso econômico.

Palavras-Chave: Mercado de trabalho, distribuição de renda e desenvolvimento econômico.

1. INTRODUÇÃO - O ESTRUTURALISMO LATINO AMERICANO

A comissão econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, abrigou e estimulou o nascimento e a evolução de uma das mais férteis escolas das ciências sociais do século passado: o estruturalismo econômico latino-americano.

O estruturalismo econômico é, portanto, associado ao pensamento da CEPAL, sendo que o termo econômico “estruturalismo” apareceu como referência à explicação estruturalista para a inflação na América Latina em Noyola (1956). No entanto, é consensual que o estruturalismo latino-americano em sua forma inicial foi criado pelo economista argentino Raúl Prebisch. Em seu manifesto estruturalista de 1949, o autor introduziu a noção de um centro hegemônico industrial e uma periferia dependente agrária como a estrutura para o entendimento da divisão internacional do trabalho (base essencial na concepção do sistema centro-periferia.).

Ademais, a partir dos trabalhos de Prebisch, nessa tradição torna-se nítida a ênfase nas “estruturas”, sejam elas econômicas, políticas ou sociais. Nesse contexto, o funcionamento normal das estruturas periféricas gera resultados específicos e pré-determinados, como aqueles que caracterizam as teses centrais da abordagem cepalina: heterogeneidade econômica, baixo dinamismo de progresso técnico e produtividade, desigualdade social, deterioração dos termos de troca, entre outras.

Ressalta-se que a referida escola, chave para a compreensão das principais causas do subdesenvolvimento na América Latina, parte de análises que contemplam características e situações concretas, incluindo seus antecedentes históricos, em vez de empreender análises baseadas em um conjunto de postulados gerais e abstratos, cuja aplicabilidade se presume independente de lugar, época e história. Destacados autores, como Prebisch e Furtado, são exemplos de pensadores latino-americanos que aplicaram esse enfoque metodológico em diversos tempos e distintos temas (RODRIGUEZ, 2009).

Em termos práticos, deve-se observar que a CEPAL, nas décadas de 1950 e 1960, teve grande influência na interpretação dos problemas econômicos-sociais da região e na formulação de políticas visando sua superação. A partir da análise de seus integrantes elaborou-se uma nova visão do processo histórico de formação da economia latino-americana, da qual derivam conclusões originais.

Para Furtado, não só o subdesenvolvimento latino americano, mas o subdesenvolvimento de uma forma geral é um fenômeno derivado – isto é, funcionalmente articulado ao mesmo processo histórico de que resultou a consolidação do capitalismo industrial em escala global.

“[...] o subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas modernas. É, em si, um processo particular, resultante da penetração de empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas.” (FURTADO, 1961, p. 261).

Portanto, o subdesenvolvimento é um processo histórico autônomo constituído no tempo através das relações entre países centrais – com maior grau de industrialização – e os países periféricos – o qual possuem e exportam as matérias-primas e consumidores de produtos manufaturados dos países centrais (economia dual).

A formação desse dualismo é fruto do processo histórico, especialmente da expansão da economia capitalista do século XX, que leva a emergência de um sistema econômico internacional caracterizado pela condição centro-periferia, ou seja, um centro formado por economias desenvolvidas (industrializadas) e rodeado por uma periferia subdesenvolvida (fornecedora de matérias-primas de origem primárias e consumidora de bens manufaturados produzidos pelas economias centrais).

Sendo assim, o resgate da tradição estruturalista passa pela condição centro-periferia e pelo entendimento de como essa condição surgiu historicamente. Ademais, vale lembrar que a partir da concepção centro-periferia e das demais teses associadas a ela, a Cepal desenvolveu ideias originais, o que levou autores como Seers (1962, p. 192/193) a afirmar que “(...) It must be the first indigenous school of economics in underdeveloped area”.

1.1 CELSO FURTADO E A TEORIA DO SUBDESENVOLVIMENTO

Para entender a questão do subdesenvolvimento em Celso Furtado regatamos a sua noção de desenvolvimento. No seu livro *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, o referido autor argumenta que o objetivo da teoria do desenvolvimento é “explicar, numa perspectiva macroeconômica, as causas e o mecanismo do aumento persistente da produtividade do fator trabalho e suas repercussões na organização da produção e na forma como se distribui e utiliza o produto social.” (FURTADO, 1961, p.19)

Ainda, para haver o desenvolvimento econômico é preciso inserir novas combinações de fatores de produção que aumentem a produtividade do trabalho, ou

seja, o aumento da produtividade do trabalho e suas repercussões na distribuição e utilização do produto social constituem o problema central da teoria do desenvolvimento.

Segundo o autor, na visão econômica neoclássica, “desenvolvimento é, basicamente, aumento do fluxo de renda real, isto é, incremento da quantidade de bens e serviços, por unidade de tempo, à disposição de determinada coletividade” (FURTADO, 1961, p.111). Assim,

“o desenvolvimento econômico é essencialmente uma questão de criação e assimilação de progresso tecnológico. Essa afirmação deveria ser completada por outra: o progresso tecnológico é principalmente uma questão de qualidade do fator humano. Desta forma, o problema do progresso tecnológico e o da melhoria do fator humano estarão sempre relacionados.” (FURTADO, 1969, p.83)

Nessa perspectiva, os países menos desenvolvidos que investissem em progresso tecnológico e na formação de capital humano tornar-se-iam economias desenvolvidas.

Contudo, a questão essencial, para ao autor, é que o subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas modernas. É, em si, um processo particular, resultante da penetração de empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas, ou seja, o subdesenvolvimento é um processo histórico autônomo constituído através das relações assimétricas entre países centrais (industrializados) e países periféricos (baseados na agricultura). Nesse caso, a relação tem um elemento de “poder” que permite aos países centrais usufruírem dos frutos do progresso tecnológico e, mais, de perpetuarem essa assimetria nas relações com os países periféricos, das quais são os mais beneficiados.

O subdesenvolvimento é, assim, um processo histórico e não uma etapa anterior (a ser superada) do desenvolvimento. São, portanto, essas as principais questões que estão presentes nas obras de Celso Furtado, ou seja, a indagação do autor quanto aos fundamentos estruturais do capitalismo e dos valores ideológicos do desenvolvimento econômico dos países centrais.

“Com os conceitos inovadores de centro-periferia, de subdesenvolvimento, de trocas desiguais entre produção de matérias-primas versus manufaturas no comércio internacional –contra a posição teórica dominante, das vantagens da especialização provocada pelo comércio internacional livre –, de formação de uma estrutura dual na periferia, obstáculo ao desenvolvimento e reiteração do subdesenvolvimento, constituem a base sobre a qual se assenta o trabalho de Celso Furtado. (OLIVEIRA, 1999, p.317-318)

Percebe-se, também, que nas obras do autor a definição de desenvolvimento é algo mais abrangente do que as definições da tradicional ciência econômica, que em geral associa desenvolvimento com crescimento econômico. A definição de desenvolvimento remete-se a dimensões sociais, políticas, culturais e ecológicas. Nas palavras do autor, desenvolvimento “se refere ao conjunto de transformações, nas estruturas sociais e nas formas de comportamento que acompanham a acumulação no sistema de produção. Descreve-se, assim, o processo cultural e histórico cuja dinâmica se apóia na inovação técnica (fundada na experiência empírica ou em conhecimentos científicos)” (FURTADO, 1978, p57).

Partindo desta perspectiva, Celso Furtado elabora sua teoria do desenvolvimento que avança ao apontar, entre outras, a centralidade do progresso técnico, findado na elaboração de uma teoria do excedente. A partir da teoria do excedente, a qual institui uma teoria da estratificação social e da legitimação do poder, Celso Furtado constata que o progresso técnico é o elo entre as esferas da acumulação de capital, da estratificação social e da produção do sistema de poder.

“poder em que se assenta a chamada ordem econômica internacional: a) o controle da tecnologia; b) o controle das finanças; c) o controle dos mercados; d) o controle do acesso às fontes de recursos não renováveis; e e) o controle do acesso à mão-de-obra barata. [...] A luta contra a dependência não é outra coisa senão um esforço dos países periféricos para modificar essa estrutura.” (FURTADO, 1978)

Segundo Furtado, para compreender as condicionantes do subdesenvolvimento, é essencial compreender que o mesmo é um desequilíbrio ao nível dos fatores, mais especificamente, da relação entre a disponibilidade de recursos e a escassez tecnológica. Isso implica que as estruturas subdesenvolvidas são sistemas compostos por setores específicos de um determinado povo e que o progresso de sistema requer modificações estruturais. Essas transformações retratam verdadeiras rupturas. Não obstante, elas só ocorreram se, de algum modo, a estrutura de poder for internalizada, ou seja, se os centros de decisões forem partidários do desenvolvimento das economias subdesenvolvidas.

1.2 CONDICIONANTES DO SUBDESENVOLVIMENTO

As relações de dominação das sociedades centrais sobre as periféricas condicionam o subdesenvolvimento. Nesse contexto, Furtado busca, através de uma abordagem histórica e estrutural, observar a inserção das economias periféricas no

sistema econômico mundial e as consequências disso na configuração de um quadro de forte dependência *externa* e desigualdade/segregação social *interna*.

Em outras palavras, a possibilidade de alcançar um maior grau de desenvolvimento estaria associado ao rompimento da dependência externa (teoria da dependência) e no estabelecimento e na formação da “Nação” ou do “Estado Nacional”, na periferia.

“A dependência deve ser percebida inicialmente como um conjunto de traços estruturais que emergem da história: a forma de inserção no sistema de divisão internacional do trabalho gerando atraso relativo no desenvolvimento das forças produtivas; a industrialização supeditada pela modernização reforçando as tendências à concentração de renda; a necessidade de importar certas técnicas facilitando o controle das atividades econômicas pelas empresas transnacionais. (FURTADO, 1978, p.146)

Partindo desse ponto de vista, não é possível compreender as origens do subdesenvolvimento e nem um meio para sua superação, sem antes compreender sua essência dependente dentro de um “todo maior” (a divisão internacional do trabalho) e sem desnaturalizar essa diferença por meio do olhar histórico. Compreender o subdesenvolvimento e os meios para sua superação, de acordo com a visão estruturalista, requer a apreensão da realidade de um modo geral, procurando saber a relação entre as partes que o compõe. É, portanto, necessário empregar o método histórico-estrutural.

1.3 O MÉTODO HISTÓRICO-ESTRUTURAL

O método histórico-estrutural é um sistema analítico voltado à interpretação das transformações nas estruturas econômicas, políticas, institucionais, culturais, a partir da perspectiva histórica de médio e longo prazo (BIELSCHOWSKY, 2000).

Esse método, parte do pressuposto de que os países menos desenvolvidos (subdesenvolvidos) e os desenvolvidos enfrentam problemas de natureza diferente e que a construção de políticas e o fortalecimento das capacidades do Estado são condições necessárias para que os países com pouco desenvolvimento consigam alcançar maiores níveis de desenvolvimento.

“O método histórico-estrutural destaca a importância do contexto histórico para entender o funcionamento da economia e da sociedade. Nesse contexto, argumenta-se que, embora a ciência econômica e social deva buscar estabelecer leis gerais, também é preciso reconhecer que uma teoria geral encontra grandes obstáculos ao tentar explicar circunstâncias históricas em constante evolução. Como a economia é uma ciência social e as estruturas econômicas e sociais são tão variáveis, são reduzidas as possibilidades de

elaborar teorias válidas para todo tempo e lugar. Por outro lado, o método considera um enfoque próximo ao que se poderia identificar como a economia política clássica, um contexto em que os aspectos sociais e políticos desempenham um papel determinante para o funcionamento da economia, o que leva a enfoques que hoje seriam chamados de interdisciplinares. Ademais, o método histórico-estrutural parte da ideia de que os próprios pesquisadores são sujeitos sociais que ao procurar analisar a sua realidade, se vêem sobrecarregados pelo peso da sua subjetividade, o que exige um esforço ainda maior em termos de análise crítica.” (Cepal, 2014)¹

No sistema analítico da Cepal, com auxílio do método histórico-estrutural, estudam-se as características produtivas, sociais, institucionais e o engajamento internacional da América Latina e Caribe a partir do esquema centro-periferia. Nesse contexto, observa-se que o traço comum entre as posturas metodológicas existentes dentro da diversidade de pensamento que integra e compõe o estruturalismo latino-americano não se refere especificamente à questão do método nas ciências sociais, mas no esforço para identificar e compreender o chamado “subdesenvolvimento”. Esse foi identificado por meio da presença de “problemas de estrutura”, seja no âmbito econômico, político, social ou no âmbito cultural.

Assim, é *estrutural* dada à necessidade de colocar em primeiro plano as características das estruturas econômicas de determinadas realidades, enquanto a necessidade de considerar a conformação ou a transformação de tais estruturas implica que o método tem que se configurar ao mesmo tempo como *histórico*, uma vez que as mudanças das estruturas econômicas se produzem no tempo e, por conseguinte, só são definíveis e perceptíveis “historicamente”.

Uma vez compreendido o método de análise do estruturalismo é possível avançar no entendimento da relação centro-periferia, condicionante chave do subdesenvolvimento.

1.4 O ESQUEMA “CENTRO-PERIFERIA”

Procurando explicações e soluções para os problemas de desenvolvimento da América Latina, Raúl Prebisch lançou a tese *centro-periferia*. Em sua percepção, a América Latina fazia parte de um sistema de relações econômicas internacionais na qual os países desenvolvidos (industrializados) estariam no centro e os países da América Latina (produtores de bens primários) formavam a periferia, essencialmente agrária e dependente. Em outras palavras, a divisão internacional do trabalho é formada por

¹Disponível em: <http://prebisch.cepal.org/pt-pt/prebisch-cepal-e-o-metodo-historico-estrutural>.

países centrais, produtores de produtos manufaturados e responsável pelo desenvolvimento tecnológico, enquanto a periferia é responsável pelo fornecimento de matérias-primas, dado sua abundância de recursos naturais. Segundo Furtado (1978, p.112) “elevação do nível técnico, constitui via de regra uma condição necessária para reduzir a dependência”.

A questão central ressalta que o progresso tecnológico se difunde diferentemente na economia mundial. Nos países centrais, esse avanço se espalha em um espaço de tempo relativamente curto para a totalidade do aparelho produtivo. Isso ocorre porque nesses países a falta de mão de obra e a presença de sindicatos possibilita que no decorrer da evolução econômica ocorra o aumento dos salários reais, dando forças a contínua emergência de inovações tecnológicas destinadas a substituir trabalho por capital. Nas palavras do autor, “...é verdade que a maior estabilidade do mercado de mão-de-obra, que daí resulta, permite as organizações de trabalhadores aumentarem o seu poder combativo” (FURTADO, 1978, p.21).

Assim, ao mesmo tempo em que a elevação dos salários conduz a inovação e o crescimento do capital inicialmente em certas áreas, a proliferação desse crescimento para outros ramos e setores os influenciam também a adotarem tecnologias de maior densidade de capital. Deste modo, a quantidade de capital aumenta, bem como a produtividade do trabalho e os salários, o que implica que a remuneração mantém patamares equivalentes com a continuidade da acumulação. Outrora, a flexibilidade dos recursos produtivos tende a promover a equivalência da remuneração nas diversas atividades.

Em contraposição, na periferia a produção permanece inicialmente atrasada, do ponto de vista tecnológico e organizacional, e ao passar um período conhecido como “desenvolvimento para fora”, as novas técnicas só são implantadas nos setores exportadores de produtos primários e em algumas atividades econômicas diretamente relacionadas com a exportação, as quais passam a coexistir com setores atrasados. O processo produtivo da periferia, por um lado, adquire duas marcas essenciais. No primeiro, ressalta-se o seu caráter especializado e parcialmente desenvolvido, pois a parte considerável dos recursos produtivos é destinada ao desenvolvimento do setor de exportação de produtos primários, enquanto que a demanda de bens e serviços, que aumenta e se diversifica, é abastecida em grande parte através de importações. (RODRÍGUEZ, 2009, p.81). Esse desenvolvimento do setor primário-exportador tem consequências diretas sobre o novo padrão de desenvolvimento que surge quando a

indústria naturalmente passa a ser a principal fonte de dinamismo econômica, pois influencia que a mesma siga do simples para o complexo.

Por outro, esta estrutura é heterogênea ou parcialmente atrasada pois a mesma é formada por setores em que a produtividade atinge níveis elevados – em especial, no setor exportador – e atividades em que a produtividade é consideravelmente inferior. Em síntese, a estrutura produtiva da periferia é especializada e heterogênea, enquanto a dos países centrais é variada (composta por um amplo espectro de atividades econômicas) e homogênea (na medida em que a produtividade do trabalho alcança níveis relativamente similares em todas as atividades). (MISSIO, F. J. e JAYME Jr., F. G., 2012)

Essas características acabam por determinar nas economias periféricas o desenvolvimento de estruturas pouco diversificadas e pouco integradas que coexistem com um setor primário-exportador dinâmico que, por sua vez, é incapaz de difundir o progresso técnico para o resto da economia, de empregar produtivamente o conjunto da mão de obra e permitir o crescimento sustentado dos salários reais (BIELSCHOWSKY, 1998). Ademais, o ritmo de incorporação do progresso técnico e o aumento de produtividade são significativamente maiores nas economias industriais (centro), o que levaria por si só a uma diferenciação secular da renda. Essa diferenciação sofre influência adicional da deterioração dos termos de troca, ou seja, da tendência de que os preços de exportação dos produtos primários apresentem uma evolução desfavorável frente à dos bens manufaturados produzidos pelos países industrializados, implicando na transferência dos ganhos de produtividade do setor primário-exportador periférico para os países centrais (industrializados). Isso significa a existência de assimetrias no processo de desenvolvimento do capitalismo que perpetua e amplia a condição periférica das economias em desenvolvimento mediante processo de troca desigual no mercado internacional (PREBISCH, 2000; RODRIGUEZ, 2009).

1.5 A CIVILIZAÇÃO INDUSTRIAL

No livro “Criatividade e Dependência na Civilização Industrial” (1978), o autor aprofunda suas reflexões sobre o problema do desenvolvimento em economias periféricas. Na referida obra, o autor utiliza poucas referências, poucas bibliografias, fazendo poucas citações, como se a mesma tivesse sido escrita tendo como base somente suas crenças e ideias, sem uma preocupação com um método histórico pré-

existente. O próprio Furtado admite que “Criatividade e Dependência na Civilização Industrial” é um “antilivro-acadêmico” (p. 13), afirmando que “os problemas aí abordados são demasiado amplos para caber nos tubos de ensaio das ciências sociais”.

Refletindo sobre “o que impedia as economias periféricas latino-americanas de se desenvolverem plenamente”, o autor busca tratar os temas escritos de uma forma única, sem o auxílio de normas científicas, buscando uma visão interdisciplinar e global. Nesse contexto, ele não observa somente a economia brasileira ou as questões do subdesenvolvimento, mas analisa questões da economia mundial.

Inicialmente, o autor define clara e objetivamente o que *industrialização* representa para ele:

“O homem que produz um instrumento de trabalho para si mesmo, tal o pescador que tece sua rede, divide seu próprio trabalho no tempo. Aquele que utiliza instrumentos fabricados por outros homens integra com estes uma equipe de trabalho que ganha espessura no tempo e no espaço. A essa complexidade da estrutura econômica com base no uso crescente de instrumentos é que chamamos de industrialização.” (Furtado, 1978, p.71)

Segundo Furtado, o nascimento da indústria ocorreu devido à ampliação do excedente comercial. A industrialização em âmbito global no século XVI é de suma importância para se entender o processo acumulativo que possibilitou a Revolução Industrial.

Assim, apresentando uma visão histórica-estrutural, o autor afirma que a acumulação, em cujo bojo o capitalismo industrial emergiu, foi precedida por um processo de ampliação do excedente comercial. Nesse caso, destaca-se que, ao abrir as portas à especialização, o comércio causa aumentos de produtividade, ao mesmo tempo em que facilita a difusão dos valores culturais dos povos que o promovem. (FURTADO, 1978, p. 55)

“Existe, portanto, nas sociedades surgidas do capitalismo industrial, uma relação estrutural entre o grau de acumulação alcançado, o grau de sofisticação das técnicas produtivas e o nível de diversificação dos padrões de consumo dos indivíduos e da coletividade.” (p.64)

Para Furtado esta civilização é a resultante de dois processos de criatividade cultural: a *revolução burguesa*, que impôs a racionalização instrumental à produção; e a *revolução científica*, que atribuiu à natureza uma estrutura racional. Esta civilização industrial, subordinada à lógica da acumulação, põe em risco a liberdade humana, na medida em que aliena o homem. (p.140)

“Das poderosas posições financeiras que ia construindo, a grande burguesia foi abrindo caminhos de acesso aos centros de decisão e obtendo (e ocasionalmente impondo) mudanças institucionais que permitiam ampliar sua área de ação. Graças a essas mudanças, os critérios básicos que regem a atividade mercantil (livre iniciativa, livre contratação, livre circulação) puderam ser estendidos a novos e crescentes setores da vida social”. (Furtado, 1978, p. 59)

A Revolução Burguesa é considerada como uma etapa de suma importância da formação das sociedades capitalistas atuais. “a Revolução Burguesa não é outra coisa senão a forma particular que assumiu a evolução social européia” (Furtado, 1978, p. 36). E essa referida revolução levaria a um “conjunto de transformações sociais - conducentes à autêntica mutação que produziu a sociedade industrial capitalista” (p.39). Portanto “a ascensão da burguesia é mais um processo de geração de novas formas de poder do que a assunção de novos grupos sociais às formas tradicionais” (p.40).

O processo global de difusão da civilização industrial, de acordo com Furtado, busca criar uma ligação de interdependência entre toda a civilização humana. Isso se constata ao longo da gradual infiltração dos critérios de racionalidade instrumental, que mais tarde geraria na Europa um estilo de civilização caracterizada através da,

“industrialização (tecnicismo de todas as atividades produtivas), a urbanização (estruturação espacial da população para satisfazer as exigências do mercado de trabalho) e a secularização (prevalência da razão na legitimação dos sistemas de poder). O rápido processo de acumulação e o avanço tecnológico que são inerentes a essa civilização capacitaram alguns povos da Europa para submeter a controle a quase totalidade do planeta.” (Furtado, 1978, p. 41)

Assim, o autor declara que “a história moderna e contemporânea é em grande parte um reflexo dessa empresa de dominação planetária e do esforço inverso dos povos dominados para liberar-se. O empenho visando a estender as áreas de dominação e a resposta que o mesmo provoca – como o despertar das nacionalidades e dos movimentos sociais liberatórios - são aspectos do processo global de difusão da civilização industrial, a qual tende a tecer laços de interdependência entre todos os agrupamentos humanos. Para escapar a dominação externa foi necessário antecipar-se no esforço de assimilação, ainda que parcial, das técnicas da civilização industrial” (Furtado, 1978, p.41-42).

A propagação industrial em âmbito mundial é visualizada por Furtado de duas maneiras: em alguns países, essa industrialização foi consequência da necessidade de mudança por parte dos governantes do atraso econômico e da compreensão de que este atraso representava riscos à soberania da nação.

Por outro lado, porém sem menos importância, à industrialização ocorreu de forma indireta:

“Se as duas vias de acesso à civilização industrial que vimos de referir resultaram da tomada de consciência do atraso na acumulação e da ameaça de dominação externa, a terceira [indireta] pode ser considerada como um subproduto dessa dominação” (FURTADO, 1978, p.69).

A industrialização de forma indireta teve sua origem na divisão internacional do trabalho inserida na Europa, que levou à *dependência estrutural*. O crescimento do comércio dos países que experienciavam a industrialização originou um amplo fluxo de comércio internacional, e por meio desse intercâmbio os valores materiais da civilização industrial foram se alastrando para os demais países.

Conseqüentemente, as nações que tinham desenvolvimento industrial, exportavam suas manufaturas com grande nível de acumulação e importavam as matérias primas das periferias, de modo que, o comércio exterior aprofundaria a especialização e a divisão do trabalho e, conseqüentemente, a disparidade nos níveis de acumulação.

“À via de acesso indireta à civilização industrial deve-se a ruptura estrutural “centro-periferia” que marcaria definitivamente a evolução do capitalismo.” (Furtado, 1978, p. 70).

Assim, a difusão do progresso técnico pelo sistema econômico mundial estabeleceu a divisão internacional do trabalho e condicionou os processos de desenvolvimento e subdesenvolvimento. Portanto, a difusão da civilização industrial está na origem da divisão centro-periferia.

1.6 CRIATIVIDADE E DEPENDÊNCIA

A ideia de que o processo de desenvolvimento contém ambivalências em Furtado é ainda mais ampla quando observada no quadro da difusão da civilização industrial. “Em muitas regiões, a modernização também significou ocidentalização, ou seja, o desaparecimento de sistemas de cultura cujos valores nem sempre encontravam adequados substitutivos” (Furtado, 1978, p. 59).

O autor mostra ainda que foram poucas as nações que conseguiram - de alguma forma - fugir da ocidentalização, como o Japão, por exemplo, onde

O grupo aristocrático que assumiu o controle do Estado, visando objetivos de caráter político, visou a criação de bases de um poder nacional capaz de

preservar a independência do país face à ofensiva imperialista da era vitoriana. (p.59)

Outro exemplo é a China. Para o autor “nenhum outro país de acumulação retardada reúne as condições mínimas para escapar ao campo gravitacional da civilização industrial” (p. 111).

Assim, Furtado percebe que foi o investimento em educação, estímulos ao mercado interno e a manutenção da autonomia nacional que possibilitaram ao Japão e a China (e, também, a Rússia) definir uma estratégia soberana e audaciosa no sentido de engajar a civilização industrial sem se subordinar às garras da dominação imperialista.

Em relação à dependência, Furtado afirma que,

“da mesma maneira que a ideia de progresso transformou-se em alavanca ideológica para fomentar a consciência de interdependência em grupos e classes com interesse antagônicos, nas sociedades em que a revolução burguesa destruiu as bases tradicionais de legitimação do poder, a ideia de desenvolvimento serviu para aprofundar a consciência de solidariedade internacional no processo de difusão da civilização industrial no quadro da dependência.” (Furtado, 1978, p. 76).

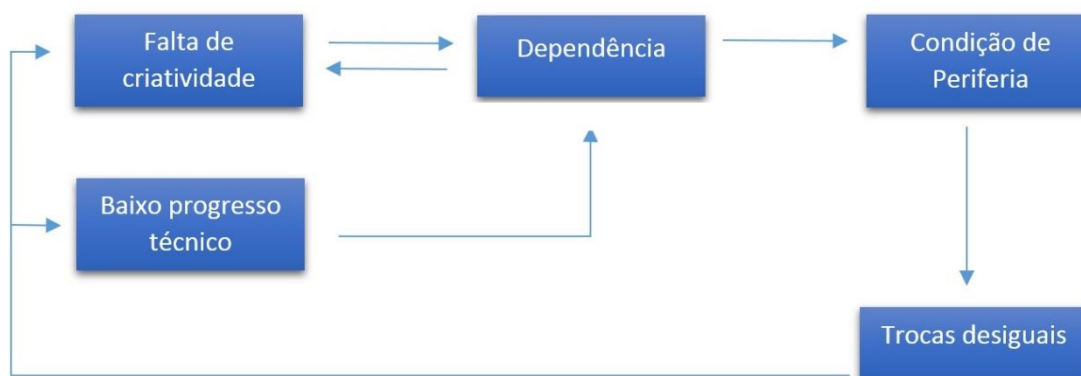
Indo adiante, ele considera que “nos países latino-americanos, onde o Estado nacional se constituiu desde a primeira metade do século dezenove, as repetidas deslocamentos ocasionados pela instabilidade do setor primário-exportador propiciaram a diversificação e ampliação dos grupos dominantes, habilitando-os para a fase de industrialização. (...) O novo pacto entre interesses externos e dirigentes internos, em que se funda a industrialização dependente, viria substituir o mito das vantagens da especialização internacional pela ideia mais mobilizadora de desenvolvimento.” (p. 77). Isto posto, Furtado faz uma queixa, dizendo que os valores do desenvolvimento se diferenciam a do progresso por um “economicismo”, imposto na relação da dependência externa.

Para Furtado (1978, p. 81), “o processo de mudança social que chamamos de desenvolvimento adquire certa nitidez quando o relacionamos com a ideia de criatividade”. A propósito, salienta que “é ampla a evidência de que o campo do possível no que concerne a essa criatividade é mais amplo do que [...] somos inclinados a pensar” (p. 82). Podemos dizer que o pensamento de Furtado, é que a criatividade do homem é a fonte geradora de energia, na qual pode ser canalizada e inserida a serviço do progresso das forças produtivas e da diversificação dos padrões de vida da sociedade.

Também, ele afirma que o passar da história da civilização industrial conduziu a um avanço da dependência das formas de atividade criadora à racionalidade

instrumental. Desta forma, a pesquisa científica foi constantemente disponibilizada a emprego da invenção técnica, buscando maior eficiência do trabalho humano e da diversificação dos padrões de consumo.

Síntese: Criatividade, Dependência e Subdesenvolvimento



1.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As principais conclusões desse trabalho passam pelo entendimento de que na obra de Celso Furtado existem importantes elementos que são capazes não só de elucidar o processo de crescimento e desenvolvimento das economias periféricas (incluindo o Brasil), como também contém elementos capazes de “apontar” os caminhos a serem seguidos para superar a condição de dependência e de atraso econômico.

Para tanto, é necessário a internalização dos centros de decisões como forma de “romper” com a lógica centro-periferia, que acaba por perpetuar a condição de subdesenvolvimento nos países periféricos. Evidencia-se, também, o papel primordial do progresso tecnológico e, conseqüentemente, da criatividade. Somente com a expansão tecnológica é possível melhorar o padrão de acumulação e “fugir” da divisão internacional do trabalho imposta a periferia pelos centros de decisões externos (romper com a condição de dependência). Ou seja, é necessário que cada país se desenvolva tecnologicamente e, para isso, é necessário seguir uma estratégia nacional que, ao entender a importância desse componente, não aceite as imposições do sistema capitalista mundial.

O que se observa historicamente é que, nos países centrais, a renda cresceu mais que sua produtividade, enquanto que, nos países periféricos, esse efeito foi no sentido oposto. Ou seja, a lógica é de “transferência dos frutos do progresso técnico da periferia para os países centrais”. Uma alternativa para romper com esse esquema seria

induzir as economias ao desenvolvimento de forma acelerada e sólida por meio de uma produção voltada para o mercado interno.

Há nesse ponto uma conexão importante da teoria com a prática na condução da atual política econômica. Ou seja, observa-se que, em algum grau, o que recentemente tem sido apresentado como “modelo de desenvolvimento” pelo governo brasileiro incorpora grande parte das questões estudadas nesse projeto, especialmente quanto ao papel do Estado como agente indispensável neste processo de ruptura com a atual lógica internacional, bem como o papel do mercado interno como elemento dinamizador do crescimento econômico.

Como destacado na literatura, isso não é novidade uma vez que as ideias da CEPAL sempre tiveram grande importância dentro da teoria e da formulação da política econômica, como observado, por exemplo, no Brasil, nos anos 50 e 60 do século passado.

Como indicações de futuros projetos a serem financiados destacaram a necessidade de se estudar as conexões e desdobramentos que essa teoria tem com outras importantes abordagens do pensamento econômico (como com a escola keynesiana, por exemplo) e, também, a necessidade de se avançar no entendimento das modificações que este pensamento latino americano tem sofrido ao longo dos últimos anos (como o surgimento do neoestruturalismo). Ademais, seria interessante utilizar os conceitos-chaves dessa análise para estudar a formação histórico-econômica das diferentes regiões do Brasil, considerando que o processo de acumulação nacional é marcado pela concentração de renda (imaginar que a região sudeste, especialmente São Paulo, faz o papel de centro e que estados como o Mato Grosso do Sul é a periferia).

1.8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, E. da M. (2013). Inovação em Celso Furtado: criatividade humana e crítica ao capitalismo. Texto para discussão, Cedeplar/UFMG.

BIELSCHOWSKY, R. (2009). Sesenta años de la CEPAL: estructuralismo y neoestructuralismo. Revista CEPAL N° 97, p. 173-194.

FURTADO, C. (1961). Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.

_____. (1978). Criatividade e Dependência na Civilização Ocidental. São Paulo: Paz e Terra.

FFRENCH-DAVIS, R. Esbozo de un planteamiento neoestructuralista. Revista de La CEPAL, Santiago de Chile, n. 34, abr. 1988.

MISSIO, F. J.; JAYME Jr., F. G. Estruturalismo e Neoestruturalismo: velhas questões, novos desafios. Análise Econômica, Porto Alegre, ano 30, n. 57, p. 205-230, 2012.

PREBISCH, R. (2000a). O desenvolvimento da economia da América Latina e alguns de seus problemas principais. In BIELSCHOWSKY, R. (org.) Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL. Record, pp. 69-136.

_____. (2000b). Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico. In BIELSCHOWSKY, R. (org.) Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL. Record, pp. 179-276.

RAMOS, J. e SUNKEL, O. (1993). Development From Within: Toward a Neostructuralist Synthesis. In: O. Sunkel. Boulder, Lynne Rienner (eds). Toward a Neostructuralist Synthesis.

RODRIGUEZ, O. (2009). O estruturalismo latino-americano. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

SAWAYA, R. R. (2008). Celso Furtado: criatividade e dependência na periferia. Estudos Avançados, vol.22, no. 64, São Paulo.

SOUZA, A. F. (2011). Celso Furtado: o dilema do subdesenvolvimento e o fator político na formação nacional. Cadernos de História, Belo Horizonte, v.12, n. 16.